

[95]

## *O sexo dos anjos*

02-12-00

[Precariedade de arranjo institucional produz bizantinismo nas discussões sobre o clima]

[Um sexto vetor condiciona os demais: as incertezas das ciências naturais]

Não se preocupe se tiver desistido de entender a conferência sobre o clima, que levou 182 governos a Haia na semana passada. Você faz parte do universo formado por 99,9 % dos que acompanham o assunto por noticiários de jornais, revistas, rádio, televisão ou portais, mas esbarram em pelo menos seis obstáculos. O primeiro é a trapalhada da própria mídia em sua tentativa de cobrir discussões cada vez mais parecidas com as que deleitavam as elites de Bizâncio enquanto os turcos lhes cercavam a cidade. Um bizantinismo imposto pelo segundo obstáculo: a precariedade do arranjo institucional inspirado na Convenção assinada em 1992, mas só alicerçado em 1997, com o protocolo de Kyoto. Foram ali fixadas metas de redução de emissões de dióxido de carbono que os americanos só poderiam cumprir se estivessem dispostos a colocar em risco a inusitada aceleração do crescimento de sua economia (que já dura 115 meses e não acabou, por mais que se tenha especulado sobre o caráter “suave” ou “forçado” de um “pouso” sempre anunciado para breve). Também contribuiu muito o fato de não ter sido estabelecido qualquer limite às futuras emissões dos países periféricos mais populosos, como China, Índia, Brasil e Indonésia. Um tiro que saiu pela culatra, pois enfraqueceu a respeitabilidade do protocolo ao dar de mão beijada um ótimo argumento aos que priorizam interesses de curto prazo, não somente dos Estados Unidos como grande potência, mas também de seus milhões de trabalhadores, consumidores e contribuintes.

Pode-se até menosprezar a politicagem inerente a todas as disputas entre republicanos e democratas (o terceiro fator a ser considerado), mas não se deve subestimar a idiosincrasia do governo americano (o quarto). Ela torna mais difícil que em qualquer outra democracia desenvolvida a obtenção de consenso sobre assunto tão repleto de implicações socioeconômicas. Por mais que o poder executivo (Clinton/Gore) estivesse realmente decidido a cumprir o compromisso de Kyoto (o que já é duvidoso), e houvesse proposto medidas bem efetivas para alcançar um corte de 7% das emissões até 2008-2012, enfrentaria enérgica e suprapartidária oposição no Congresso. A não ser que conseguisse a mágica de evitar novos impostos e o imprescindível aumento dos preços dos combustíveis fósseis. Para piorar, as avaliações dos impactos e custos econômicos da aplicação das regras de Kyoto são tão volúveis quanto os gases que se quer controlar. E esta quinta dificuldade é mais séria que as anteriores, pois não permite apontar sequer quais

seriam os maiores beneficiários da complexa construção de novos mercados para as permissões negociáveis de emissão e as permutas do mecanismo de desenvolvimento limpo. As simulações trazem resultados dos mais díspares, não somente pelas limitações da ciência econômica, como também por se basearem em elevadíssimo número de hipóteses meteorológicas, hidrológicas, oceanográficas, fitobiológicas, etc.

Há portanto um sexto vetor que condiciona todos os demais: as incertezas das ciências naturais. Não sobre a seriedade do efeito estufa causado por crescimento econômico devorador de energia não-renovável. Afinal, está em extinção a credibilidade dos cientistas que insistem em respaldar os mesquinhos interesses dos grupos vinculados aos mercados de petróleo e de carvão. Mas sim – e muito – as incógnitas sobre as conseqüências da elevação da temperatura. Enquanto houver dúvidas razoáveis sobre os verdadeiros riscos do aquecimento global, nada poderá deter os diplomáticos “faz de conta” e “jogo de empurra” que dominaram os três últimos conclaves anuais sobre o tema: em Buenos Aires, em Bonn e agora em Haia.

Também não é realista supor que o protocolo de Kyoto possa ser ratificado pelo Senado americano se uma de suas mais escutadas fontes científicas sobre clima começa a depreciar o efeito estufa do dióxido de carbono. Exatamente a nova tese da equipe liderada por James Hansen, do Goddard Institute for Space Studies (GISS) de Nova York. Agora afirmam que seria mais judicioso e benéfico controlar os outros gases que provocam o aquecimento – como o metano e os CFC, por exemplo – do que exigir os cortes de emissões de dióxido de carbono previstos no protocolo de Kyoto.

Enfim, não há como entender o desfecho da conferência de Haia sem considerar simultaneamente pelo menos estes seis aspectos do problema. O que ilustra bem o caráter multifacetado das questões ambientais. Elas exigem decisões dos poderes públicos que pressupõem o envolvimento de empresas e de movimentos sociais. Por isso, sempre mesclam idéias cunho ético e político a outras de origem científica. Precisam portanto ser estudadas em ambientes multidisciplinares, como o Programa Inter-unidades de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP (Procam), que festejará dez anos de intrépido heroísmo na quinta, 7/12, com participação do Reitor Jacques Marcovitch.